

Determinações do suicídio de trabalhadore(a)s no agronegócio na região da Bacia do Rio Juruena, Mato Grosso

Virgínia Luiza Silva Costa

Luis Henrique da Costa Leão

Francco Antonio Neri de Souza e Lima

Wanderlei Antônio Pignati

Maelison Silva Neves

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as determinações sociais dos suicídios de trabalhadores e trabalhadoras do agronegócio mato-grossense. Destaca-se o suicídio como sintoma da organização social em territórios dominados pela exploração humana e exposição ambiental do agronegócio a partir de autores como Marx e Breilh. Foi realizada uma pesquisa social quanti-qualitativa em três cidades da região noroeste, um dos pólos de produção de *commodities* do estado. Para a coleta dos dados foi desenvolvido um inquérito de morbidades autoreferidas, aplicado à 1.384 famílias de trabalhadores das três cidades, em seguida, foram feitas entrevistas para reconstituir o estado de saúde física/mental, as relações sociais, de trabalho e demais circunstâncias motivadoras do suicídio por meio de autópsia psicossocial. Foram identificados 16 casos de suicídio ocorridos entre 2000 e 2017, e a maioria envolveu trabalhadores agrícolas ligados às fazendas de produção de soja, milho e algodão. A análise das entrevistas demonstrou aspectos socioeconômicos, laborais, políticos, culturais e socioambientais como determinação desses casos. O estudo contribui para fazer avançar as estratégias de prevenção e de Vigilância em Saúde dos trabalhadores, que incidam nas fontes das exposições aos agrotóxicos e os vários aspectos identificados que compõem as determinações sociais dos casos de suicídio, ampliando a atenção aos múltiplos fatores destes eventos.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador; Suicídio; Agronegócio.

ABSTRACT

Determinations of worker's suicides in agribusiness from Juruena river basis region in the State of Mato Grosso

This research aims to analyze the social determination of suicides of male and female agribusiness in Mato Grosso. Based in authors such as Marx and Breilh, we understand the workers suicides as a symptom of social organization in territories dominated by human exploitation and environmental exposure of agribusiness. A quanti-qualitative social research was carried out in three cities of the northwestern region of the state of Mato Grosso. For data collection, a survey of self-reported morbidities was carried out, applied to 1,384 families of workers in three cities, then interviews were conducted to reconstruct the state of physical/mental health, social and work relationships and other motivating circumstances through psychosocial autopsy. Sixteen suicides cases were identified that occurred between 2000 and 2017, and the majority of cases involved agricultural workers linked to soybean, corn and cotton farms. The analysis of the interviews showed socioeconomic, labor, political, cultural and socio-environmental aspects as determinants of these cases. The paper contributes to advance prevention strategies and surveillance in workers' health, which focus on the sources of exposure to pesticides and the various aspects identified that make up the social determinations of suicide cases, expanding the attention to the multiple factors of these events.

Keywords: Workers' Health, Suicides, Agribusiness.

Sobre os autores

V. L. S. C.

<https://orcid.org/0000-0002-4790-9612>
Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso
virginialscosta@gmail.com

L. H. da C. L.

<https://orcid.org/0000-0003-0166-5066>
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro
luisleao@id.uff.br

F. A. N. de S. e L.

<https://orcid.org/0000-0001-5677-2390>
Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, RJ
franccoantonio@gmail.com

W. A. P.

<https://orcid.org/0000-0001-9178-6843>
Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso
pignatimt@gmail.com

M. S. N.

<https://orcid.org/0000-0001-9187-6283>
Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso
maelison@gmail.com

Direitos Autorais

Este é um artigo de acesso aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



Esse estudo busca explicar as determinações sociais nos casos dos suicídios de trabalhadores e trabalhadoras no contexto do agronegócio mato-grossense. Parte-se da constatação que devido à sua prevalência, gravidade, risco de expansão e grau de impacto na vida de familiares e pessoas próximas das vítimas, o suicídio demanda investigação aprofundada sobre suas determinações sociais de modo a orientar estratégias de prevenção e promoção da saúde mental (Bertolote, 2012; Costa & Victora, 2006; Palma et al., 2020), considerando que a prevenção requer superação das formas de expropriação e exploração que estruturam modos e histórias de vida adoecidas, esvaziadas de sentido e limitadoras das potencialidades humanas.

No ano de 2016, a taxa global de mortalidade por suicídio foi de 10,5 por cada 100 mil habitantes, variando de 5 a 30/100 mil hab., chegando a uma média anual de 800 mil mortes, com maior frequência em países de renda baixa e média (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2019). No Brasil, entre 1990 e 2015, houve aumento de 53% na taxa de suicídio, passando de 3,5 para 5,3 óbitos por 100 mil habitantes. O perfil das vítimas, quando se considera dados nacionais, indicam maiores taxas entre a população masculina, idosos e povos indígenas, principalmente nos estados de Rio Grande do Sul (10,3 óbitos/ 100 mil hab.), Santa Catarina (8,8/ 100 mil hab.) e Mato Grosso do Sul (8,5/ 100 mil hab.) (Palma et al., 2020).

A partir de um projeto de pesquisa mais amplo, desenvolvido na mesma região, os pesquisadores se depararam com relatos sobre suicídios em regiões agrícolas, os quais não haviam sido registrados nos sistemas oficiais de informação de saúde. Com base nisso, as seguintes perguntas foram formuladas: Há um padrão destes óbitos em regiões agrícolas? Como a determinação social em regiões agrícolas do agronegócio influencia nestes casos? Quais aspectos dessa determinação marcam o suicídio de trabalhadores rurais?

COMPREENSÕES SOBRE O SUICÍDIO E DIFERENTES MODELOS EXPLICATIVOS

O suicídio, atualmente, é denominado de violência autoinfligida, autoagressão, autodestruição ou lesão autoprovocada intencionalmente ou voluntariamente e morte que resulta de forma direta ou indiretamente de ato realizado pela própria vítima (Botega et al., 2009). Diferentes perspectivas científicas foram construídas para explicá-lo e, durante o século XVIII, predominou um olhar individualizante que o associava ao desvio e à patologia (Bertolote, 2012; Cassorla, 1991). Já no final do século XIX surgem outras explicações ampliadas que passam a entendê-lo como um fato social coercitivo aos sujeitos. Durkheim (1897/2014) descreve o suicídio transcendendo a esfera do sujeito e desconstrói a noção individualizante do desvio como fruto das doenças mentais. Durkheim

(1897/2014) distinguiu três tipos de suicídio: egoísta, no qual o sujeito se isola da vida social, onde laços sociais são enfraquecidos; altruísta, no qual ocorre sobreposição do interesse coletivo sobre o individual; e anômico, quando ocorre em um estado excepcional, como uma crise, tornando a sociedade incapaz, provisoriamente, de exercer seu papel de reguladora.

Além dessa contribuição das ciências sociais, a abordagem psicológica afasta-se do determinismo psicológico por meio de análises funcionais do comportamento suicida, considerando contextos e contingências nas quais interagem níveis filogenético, ontogenético e cultural (Senna et al., 2004). Tais abordagens se afastam do reducionismo biológico da psiquiatria em sua explicação monocausal do suicídio como desfecho de uma doença mental de substrato orgânico, contudo, ainda carecem de uma perspectiva histórica, social e política da complexidade de determinações do suicídio (Breilh, 2006). Por isso, nesse estudo, compreende-se o suicídio como sintoma da organização social em territórios dominados pela exploração humana e exposição ambiental decorrentes dos processos de produção do agronegócio. Para tanto, se referencia a perspectiva crítica que situa o suicídio como um dos “sintomas da luta social geral” (Marx, 1846/2006), resultante das determinações do modo de produção e reprodução social sobre os modos de vida dos grupos e estilos de vida de indivíduos, em certo tempo-espaço socialmente construído (Breilh, 2006).

Marx (1846/2006) foi perspicaz ao notar que em épocas de crise econômica e invernos intensos, tem-se como consequência o encarecimento dos meios de vida e de tensões sociais e dramas individuais, cujos desfechos podem se expressar com o aumento do número de suicídios. Nessa perspectiva, as formas atuais de mal-estar e suicídio têm estreita vinculação com a estruturação das relações sociais capitalistas, cujas bases originárias e manifestações históricas são plenas de violências, expropriações e exploração da força de trabalho, gerando condições de subsistências impeditivas das potencialidades de realização humana, relegando os trabalhadores à condição de mercadorias (Berenchtein Netto & Carvalho, 2015; Marx, 1846/2006). Assim, qualquer tentativa de compreender seriamente as causas sociais dos processos de adoecimento e mortes nas populações, incluindo os motivadores dos suicídios, vai se deparar com as complexas interações entre o ser humano e a natureza no âmbito do processo de trabalho, em seus aspectos tecnológicos e de relações sociais.

Coerente com as noções marxianas do caráter sócio-histórico dos fenômenos humanos (em nível individual e social), a teoria da determinação social da saúde de Breilh (2006) propõe uma abordagem que considera a multidimensionalidade do problema, incluindo expressões psicológicas, abarcando conexões dialéticas entre processos gerais, particulares e individuais. Os processos gerais constituem a lógica de desenvolvimento econômico-social adotados pela sociedade e

que determinam as relações sociais e com a natureza; os processos particulares envolvem os modos de vida dos grupos particulares; e os processos individuais envolvem aspectos genotípicos e fenotípicos, estados subjetivos e modos de ser dos indivíduos. Segundo o autor, as expressões dos modos de vida dos grupos sociais e dos estilos de vida dos indivíduos podem assumir uma forma saudável e/ou adoecedora visto que, “em seu desenvolvimento concreto, os processos de reprodução social adquirem facetas e formas protetoras ou facetas e formas destrutivas, conforme sua operação desencadeia mecanismos deste ou daquele tipo nos genótipos e fenótipos humanos do grupo envolvido” (Breilh, 2006, p. 203).

A partir dessa base teórica, busca-se compreender os sintomas descritos em um diagnóstico clínico individual como expressões de processos críticos sociais e econômicos, que produzem vulnerabilidades e que se estruturam nas diferentes formas de metabolismo sociedade-natureza ou reprodução social que condicionam os modos de vida dos grupos e as histórias dos sujeitos em sofrimento. Dessa forma, afasta-se da descrição generalista de quadros nosográficos que muitas vezes limitam a prevenção e cuidado a oferta de psicoterapia e medicamentos, escamoteando processos sociais e históricos alienantes e atrelados à exploração e expropriação do trabalhador (Leão & Gomez, 2014). Desse modo, torna-se possível apreender o adoecimento mental e o suicídio a partir de múltiplas dimensões, cujas relações de determinação ocorrem por conexões dialéticas entre níveis multiescalares da reprodução da vida biológica e social e suas implicações sobre as condições biopsíquicas dos seres humanos.

MORTALIDADE POR SUICÍDIO NOS CONTEXTOS PRODUTIVOS DO AGRONEGÓCIO

As regiões de expressiva produção agrícola com uso massivo e intensivo de agrotóxicos apresentam maiores taxas de mortalidade por suicídio e hospitalização por tentativas de suicídio (Faria et al., 2014; Freire & Koifman, 2013; Neves et al., 2020; Pires et al., 2005). As investigações sobre o suicídio entre pequenos e médios produtores no sul do país mostram que os agrotóxicos são um dos fatores relacionados às muitas e intensas alterações provocadas no modo de vida desses trabalhadores a partir do entrelaçamento de sua produção à exploração da indústria agroexportadora (Meneghel et al., 2004; Werlang, 2013). Outros estudos demonstraram o nexo entre transtornos mentais e suicídio com histórico de intoxicação por agrotóxicos, exploração da indústria fumageira, cultura germânica que desfavorece expressão de sentimentos e afetos, violências e desigualdades de gênero (Faria et al., 2014; Neves et al., 2020; Moura, 2016; Okuyama, 2020; Werlang, 2013).

Tais estudos mostram relação desses agravos com o condicionamento da compra e uso de agrotóxicos inseticidas para

financiar a produção, exclusividade na compra e precificação das folhas de fumo pelas indústrias, gerando o endividamento dos produtores e incapacitação paulatina para o trabalho, sobretudo entre as mulheres. Tem-se, portanto, um entrelaçamento de eventos laborais, culturais e experiências singulares. Destaca-se que entre trabalhadores rurais, taxas de suicídio são maiores que os da indústria (Centro Colaborador da Vigilância dos Agravos à Saúde do Trabalhador [CCVISAT], 2019).

Tal cenário sinaliza a importância da investigação das determinações do suicídio nas regiões do agronegócio. Segundo Bühler et al. (2016), o agronegócio é um esquema capitalista de produção de valor baseado na geração de *commodities*, a partir da utilização de insumos (agrotóxicos, fertilizantes, máquinas e etc.), seguindo orientações e lógicas de lucro de investidores de capital, tendo como principais atores produtivos as agriculturas empresariais. Essas são alavancas das cadeias de grãos e carnes, produção energética (etanol) e caracterizam-se pelo aporte de capital externo, tendo o trabalho assalariado como forma predominante, com acréscimo de outras formas precarizadas: trabalho por produção, trabalho temporário (sazonal), com atividades fragmentadas e/ou especializadas e tomada de decisão separada do ato produtivo (Bühler et al., 2016).

Na transição do século XX para o XXI, intensificou-se a presença de investidores estrangeiros interessados em especulação fundiária e obtenção de lucros com a rápida expansão das áreas produtivas, o que tem gerado conflitos pelas disputas por recursos naturais (terra e água). A intensificação da incorporação de recursos tecnológicos para incrementar o processo produtivo (mecanização, uso de agrotóxicos e fertilizantes, sementes e mudas transgênicas) ocasionou profundas mudanças no processo de trabalho, ambiente e modos de vida das populações (Bühler et al., 2016). Dentre tais mudanças, destaca-se alterações no perfil de empregos, desemprego (principalmente para trabalhadores com baixa escolaridade), intensificação do controle do trabalho e aumento de conflitos trabalhistas pela internacionalização das propriedades mediante fusões e venda de ações para empresas estrangeiras, degradação e contaminação ambiental, intoxicação por agrotóxicos, forte pressão por produtividade e endividamento. A falta de políticas sociais, de saúde e os privilégios aos grandes proprietários intensificam a vulnerabilidade dessas populações (Finazzi-Santos & Siqueira, 2011; Pignati, 2007; Silva et al., 2015).

Isso tem especial relevância porque o estado de Mato Grosso é um dos maiores produtores agrícolas do Brasil. A área plantada das principais *commodities* agrícolas como algodão, cana-de-açúcar, milho e soja, representou 14.904.439 de hectares ou 96,7% da área plantada no estado, em 2018. É no cultivo dessas *commodities* agrícolas, onde se utiliza grandes volumes de agrotóxicos, colocando o estado como maior pulverizador nacional (226.487.622 litros de agrotóxicos, 24%

do volume utilizado no país em 2018) garantindo sua liderança na produção de soja, milho e algodão (Pignati et al., 2017). A exposição humana, ambiental e alimentar nessa região é estimada em 65,8 litros de agrotóxicos por habitante/ano, enquanto o valor nacional é de 4,5 litros por habitante/ano.

Esta multidimensionalidade de condições gera situações de risco e impactos sobre as condições de vida, trabalho e relações socioambientais, dentre os quais enfatiza-se o suicídio. No estado de Mato Grosso, entre 1996 e 2015, as taxas de suicídio se mostraram superiores à média nacional, sendo mais expressivas entre homens e idosos, pessoas de cor parda/preta, com baixa escolaridade e estado civil solteiro (Oliveira & Benedetti, 2018). Apenas no ano de 2018 foram notificados 226 casos suicídios, o que representa taxa de 6,6 óbitos/100 mil habitantes (Ministério da Saúde, 2018). Dessa forma, por suas características socioeconômicas e diante da escassez de investigações no estado a respeito do tema, esse trabalho se propõe a analisar os processos sociais relacionados à determinação social do suicídio de trabalhadores e trabalhadoras do agronegócio no Mato Grosso.

TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Este estudo se iniciou como uma pesquisa social quanti-qualitativa na região noroeste do estado do Mato Grosso, abrangendo três municípios que estão entre os onze com maior produção agrícola e uso de agrotóxicos no estado. Esta região é composta por grandes propriedades de plantio de monoculturas mecanizadas, e, em menor proporção, por áreas de assentamento, agricultura familiar e terras indígenas do povo Pareci, Enawene –Nawe e Nambiquara (Batista et al., 2012; Oliveira & Benedetti, 2018). A aplicação de agrotóxicos agrícolas nesses municípios se dá por pulverização aérea e terrestre, próximo às fontes de água (rios e córregos), locais de criação de animais e residências, expondo a população e o ambiente à contaminação do solo, água superficial, ar e alimentos (Pignati et al., 2017).

A coleta de dados foi desenvolvida por meio de um inquérito de morbidades autoreferidas, aplicado por meio de entrevista presencial, a 1.384 famílias de trabalhadores das três cidades; a seleção dessas famílias foi realizada a partir do cálculo de amostragem com base nos dados da população residente nos municípios, disponíveis pelo Censo de 2010. Para este estudo, foram avaliados todos esses questionários e destacados aqueles que continham menção a suicídios. Após a identificação entrou-se em contato com informantes-chave (familiares, vizinhos, amigos, colegas de trabalho das vítimas) para compreensão dos casos. A intenção foi reconstituir o estado de saúde física/mental, as relações sociais e de trabalho e demais circunstâncias motivadoras do suicídio por meio de entrevistas semiestruturadas de “Autópsia Psicossocial” (Ca-

valcante & Minayo, 2012). A autópsia psicossocial nasceu da autópsia psicológica proposta por Edwin Schneidman na década de 1950 nos Estados Unidos, mas tem olhar sociológico e valoriza o contexto social durante a análise (Cavalcante et al., 2012). É um método complexo, mas possibilita a compreensão do suicídio em seu contexto de relações humanas e sociais (Cavalcante & Minayo, 2012) para favorecer a identificação das situações relacionadas ao estado de exaustão, sofrimento e a visão do falecido sobre sua própria morte, mediado pela compreensão dos informantes (Werlang & Botega, 2003).

A partir dos cinco casos mais recentes, foram realizadas as entrevistas da Autopsia Psicossocial, para melhor subsidiar a reconstrução dos dias que antecederam a morte e/ou a trajetória de vida do sujeito, seus sentimentos, sofrimento, as pressões e dificuldades que culminaram na morte, assim como a reconstituição dos casos e compreensão dos aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais relevantes no contexto de vida do sujeito e relacionados à sua morte. As entrevistas foram realizadas em locais considerados mais convenientes para os informantes-chave. Utilizou-se o instrumento de Werlang e Botega (2003) cujo roteiro contém quatro módulos de perguntas abertas: precipitadores e/ou estressores, motivação, letalidade e intencionalidade.

Ao todo foram realizadas nove visitas aos municípios, no período de setembro 2016 a setembro de 2017 e oito entrevistas de autópsia psicossocial com pessoas distintas. Todas as entrevistas foram realizadas por uma única pesquisadora, sendo gravadas, com autorização dos entrevistados, e transcritas imediatamente após os encontros. Foi realizada uma pré-análise das narrativas – uma descrição detalhada das falas – e, em seguida, destacaram-se relatos emblemáticos e falas elucidativas numa síntese analítica do conteúdo capaz de situar os casos em seu contexto e categorizar as determinações quanto a seus aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais (Cavalcante & Minayo, 2012; Cavalcante et al., 2012).

A análise das entrevistas permitiu identificar processos gerais (modo de produção e reprodução social), particulares (modo de vida dos grupos) e singulares (estilos de vida) que foram organizados em três categorias principais: 1) Aspectos socioeconômicos e laborais; 2) Aspectos políticos e culturais e 3) Aspectos socioambientais. Tal categorização facilita a apreensão e discussão da complexa problemática sob análise, mas ressalta-se que na materialidade do acontecer da vida, a totalidade desses processos se manifesta de forma una e complexa, síntese de múltiplas determinações.

Como aspectos socioeconômicos considerados, inspirado na teoria da determinação social de Breilh (2006), foram as condições de vida cotidiana, envolvendo condições de trabalho, moradia, migração, acesso ao serviço de saúde e lazer, atitudes e comportamentos que são influenciados pela distribui-

ção de poder, dinheiro e recursos. Os aspectos culturais foram aqui entendidos como relações familiares, crenças e conteúdos religiosos, tradições, relações interpessoais, estigmas e preconceitos. Já aspectos ambientais abrangeram condições que circulam e influenciam na vida cotidiana do indivíduo, com ênfase na exposição aos agrotóxicos, distância do domicílio da lavoura e relação do caso com o espaço social produzido pelo agronegócio. O reconhecimento desses aspectos buscou ressaltar especificidades dos óbitos de trabalhadores(as) no cenário do agronegócio e a análise foi realizada de acordo com Cavalcante e Minayo (2012), interpretando e contextualizando dados e construindo categorias de relevância. As fragilidades desse instrumento relacionam limites para generalização, por se trabalhar com a memória dos informantes e pela dificuldade de abordar a história dos suicídios, pois são envoltas de

sofrimento e estigma social. A pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Saúde da Universidade Federal de Mato Grosso, CAAE n. 44807515.1.0000.5541.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados 16 casos de suicídio nos três municípios, sendo realizado as autópsias psicossociais nos casos 4, 8, 9, 15, 16 (Tabela 1). Os suicídios ocorreram principalmente entre 2000 e 2017, sendo 50% mulheres e 50% homens, com faixas etárias predominantes de 10 a 19 (33%) e 30 a 39 anos (33%), seguido de 20 a 29 anos (20%). Quanto à profissão a maioria era trabalhadores agrícolas, com ocupação de serviços gerais e outras funções nas fazendas de produção de soja, milho e algodão. Dentre os casos 62,5% eram pessoas migrantes.

Tabela 1. Perfil dos suicídios referidos em Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio e Sapezal- MT

Caso	Idade	Sexo	Ano	Ocupação	Local de trabalho	Método
Caso 1	18	M	1992	Serviços gerais	Fazenda	Afogamento
Caso 2	24	M	2007	Serviços gerais	Usina	Uso de Arma branca
Caso 3	32	F	2014	Não informado		Queimadura provocada
Caso 4	32	M	2017	Pedreiro	Autônomo	Enforcamento
Caso 5	20	F	1960	Do lar	Casa	Enforcamento
Caso 6	30	M	1996	Garimpeiro	Garimpo	Enforcamento
Caso 7	19	M	2009	Administrativo	Fazenda	Acidente aut. Provocado
Caso 8	17	M	2009	Serviços gerais	Hotel	Enforcamento
Caso 9	24	F	2011	Desempregada	-	Intoxicação/medicação
Caso 10	40	F	2016	Do lar	Casa	Enforcamento
Caso 11	35	F	Não informado	Não informado	-	Não informado
Caso 12	60	F	2007	Aposentada	-	Enforcamento
Caso 13	10	F	2008	Estudante	-	Enforcamento
Caso 14	18	F	2009	Veterinária	Fazenda	Intoxicação/agrotóxico
Caso 15	17	M	2017	Aux. Agrícola	Fazenda	Enforcamento
Caso 16	38	M	2017	Motorista	Fazenda	Enforcamento

Fonte: Questionário Morbidade Referida - Autores

O método mais utilizado para suicídio foi o enforcamento (56%), com os demais meios representando 6% dos casos, cada: intoxicação intencional por medicamento; por agrotóxicos; acidente de automóvel; afogamento autoprovocados; ferimento por arma branca e queimadura provocada. Esse resul-

tado se aproxima do que é descrito na literatura nacional, onde o enforcamento é o método mais citado, porém contrasta com os estudos que sinalizam para a expressividade da intoxicação intencional por agrotóxicos, apesar de ser uma região com fácil acesso a essas substâncias letais (Bertolote, 2012; Bochner

& Freire, 2020; Botega, 2009; Queiroz et al., 2019).

Esses resultados sugerem que nos municípios investigados, típicas cidades do agronegócio, os mais afetados são trabalhadores adultos jovens e migrantes, com empregos precários, envolvidos em atividades auxiliares à produção agrícola altamente mecanizada. Se os dados referentes à idade se aproximam do perfil de mortes por suicídio no estado, nota-se nos municípios investigados uma indiferenciação em relação ao gênero (50%), contrastado com os resultados que indicam o dobro de risco de morte de suicídio entre os homens (Oliveira & Benedetti, 2018). Isso sugere a necessidade de uma abordagem de pesquisa que evite generalizações e reificações da formalização estatística dos fatores de risco: tais dados numéricos necessitam ser analisados na processualidade sócio-histórica e territorializada para compreender aspectos gerais, particulares e singulares.

Os resultados expressam a noção de determinação social do suicídio na forma de conexões dialéticas entre processos globais, particulares e singulares, considerando os processos sociais produtores de desumanização, perda de sentido de vida que determinam suicídio como desfecho fatal injusto e evitável. Isso pode ser percebido no modo como as histórias singulares de sofrimento constroem-se em situações que ao mesmo tempo são marcadas por idiosincrasias, mas se tecem em contextos comuns que estruturam estilos de vida e modos de vida adoecedores, desrealizadores. Se obviamente há autonomia relativa para que os indivíduos e grupos exerçam alguma capacidade normativa sobre suas vidas, nem a estruturação nem a autonomia são absolutas: o que se entende como fatores de risco são processos históricos e sociais forjados nessa relação dialética entre processos estruturantes gerais, particulares e as singularidades.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E LABORAIS

Em relação aos aspectos socioeconômicos relacionados às vítimas de suicídio, destaca-se a precarização das condições de trabalho e de vida das/dos trabalhadoras/es, sobretudo no caso de migrantes, que são 62,5% dos casos. Além da precariedade, os relatos indicaram ausência de suporte psicossocial para trabalhadores em sofrimento psicológico, distantes de suas referências familiares e afetivas por sua condição de migrantes.

Nos relatos sobre as percepções das pessoas sobre o estado das vítimas de suicídio emergiram referências a sinais de esgotamento físico, descontentamento e baixa valorização social, baixos salários e horários de trabalho abusivos e com ritmo exaustivo. Os casos de suicídio de trabalhadores rurais envolveram funcionários das fazendas da região e do transporte de soja, milho e algodão, tendo um dos casos de suicídio ocorrido no próprio local de trabalho.

A exploração no trabalho apareceu como um traço comum, sinalizando perda de sentido e autonomia e desalento desses trabalhadores. Com isso, confirma-se que em um caso de suicídio está implicado todo um sistema de relações sociais marcadas por contradições e formas de organização do trabalho que produzem mal-estar que se agrava quando não existem suportes e enfrentamentos coletivos das más condições laborais (Dejours & Bègue, 2010). Nesses casos, é simbólica a ocorrência da morte no ambiente de trabalho, devendo ser interpretada como denúncia de uma dramática de violências e desumanizações (Berenchtein Netto, 2013).

Não por acaso, os relatos demonstraram a ausência de suporte psicológico e atenção psicossocial nos ambientes de trabalho mesmo quando estavam evidentes tais necessidades, como nos casos de alcoolismo, do qual as empresas agrícolas tinham ciência. Convém lembrar que o alcoolismo em trabalhadores rurais pode ser um escape ao estresse laboral crônico e maneira de aliviar pressões, dores e sofrimentos vivenciados (Beck Filho et al., 2016).

Todas as vítimas eram migrantes de estados como Rondônia, Bahia e Maranhão, tendo suas biografias atravessadas pelo processo histórico de expropriação do campesinato e concentração de terras e riquezas nas mãos dos proprietários das fazendas. Como tinham baixa escolaridade, tiveram maior dificuldade de obter emprego com uso de tecnologias do agronegócio, que demanda profissionais de alto rendimento e qualificação. Aliados das riquezas e condições dignas de vida e trabalho, essa parcela mais precarizada da classe trabalhadora, pobre, preta, migrante, sem escolaridade fica à margem do processo de intensa lucratividade do setor, apesar de fazerem parte das ações produtivas geradoras de tais lucros.

Eles migraram para cidades do interior do MT em busca de oportunidades de emprego e melhoria da qualidade de vida. Porém, a ausência de qualificação profissional não lhes dava outra opção senão aceitar empregos com baixa remuneração nas fazendas do agronegócio ou em outros “elos” da cadeia produtiva, marcados pela precarização, insalubridade, fragilidade ou ausência de organização sindical.

A busca por essas cidades de pequeno porte populacional, líderes na produção de grãos, é influenciada pelo discurso de que são “terra de oportunidade” onde há possibilidade de enriquecimento. O Slogan como “Agro é Tech, o Agro é Pop, o Agro é Tudo” difunde benfeitorias do agronegócio para o desenvolvimento do país, porém escamoteia problemas ambientais, sociais, trabalhistas e situações críticas associadas ao setor (Souza & Marques, 2017).

Longe de ser apenas um setor econômico, o modelo produtivo do agronegócio é organizador dos territórios e modos de vida funcionais à produtividade agrícola, geração de lucros em contextos e relações pouco acolhedores dos seres huma-

nos que ali chegam com sonhos e demandas de realização pessoal. Exemplo disso é que os municípios em investigação se caracterizam como cidades dormitórios e a maioria da população residente está envolvida com alguma etapa da cadeia produtiva do agronegócio, seja trabalhando diretamente nas fazendas ou prestando serviço que dá suporte ao funcionamento da produção agrícola.

Vale ressaltar que os movimentos migratórios são impulsionados pelas situações complexas como o aumento da taxa de desemprego e a condição de pobreza (Kosidou et al., 2012) resultantes das desigualdades estruturais originadas pelas expropriações e concentração dos recursos sociais de produção dos meios de vida nas mãos dos latifundiários. Obrigados a migrar em luta pela sobrevivência, esses sujeitos experimentam profundas mudanças em suas vidas ao viver numa terra estranha onde falta acolhida e tratamento digno. Elas carregam consigo histórias, hábitos e crenças da sua região e não encontram enraizamento nos novos lugares do agronegócio, o que causa desrealização, vazio existencial, sofrimentos (Kosidou et al., 2012; Lipsicas et al., 2012) que se expressam em queixas de fadiga, cansaço, irritabilidade, dificuldade de concentração, alcoolismo, entre outros fatores potencialmente desencadeadores de suicídio (Beck Filho et al., 2016).

A migração já é complexa em si, pelo misto contraditório de realização de sonhos de uma vida melhor e distanciamento das redes de apoio; quando ela é somada a um trabalho extenuante, desrealizador ou frente à ausência de espaços de lazer e formação de novos vínculos afetivos, potencializa-se a vivência de sofrimento, como exposto no relato:

Quando ela veio para cá, foi para tentar esquecer lá, só que aos poucos ela não conseguia mais trabalhar e não queria voltar a estudar, não se identificava com nada daqui; ela vivia triste (...) nem parecia minha irmã, ela sempre foi bem alegre e extrovertida (C2).

Vivendo em cidades ilhadas pelas grandes propriedades de monocultivos, com costumes diferentes dos seus e onde as possibilidades de acesso a lazer e entretenimento não são acessíveis aos trabalhadores precarizados e com baixa remuneração, os migrantes ficam diante de poucas alternativas de expressar a cultura e modos de vida de seus locais de origem. Os relatos de racismo e xenofobia, por parte do patronato de origem sulista e sudestino, intensificam a sensação de não-pertencimento, esvaziamento, perda de sentido de vida.

ASPECTOS POLÍTICOS E CULTURAIS

No que tange aos aspectos políticos e culturais, as entrevistas revelaram formas de dominação, medicalização do sofrimento e múltiplas violências. Chamou atenção uma espécie de ocultamento dos suicídios de trabalhadores, reportados

com expressões como *“aqui na cidade o povo não divulga, principalmente porque onde ele trabalhava era na fazenda... (C5)”* ou *“Quando a firma entra no meio... você já sabe que ninguém mais fica sabendo de nada mesmo, porque eles abafam tudo (C4)”*.

Isso remete a certo controle exercido no âmbito das relações de poder no conjunto das pressões que o agronegócio exerce sobre trabalhadores, população e até sobre a mídia local. O território da pesquisa, de fato, é espaço de dominação do agronegócio no qual táticas de silenciamento dos trabalhadores foram percebidas durante todo o trabalho de campo, seja pela recusa em participar da autópsia psicossocial ou em responder ao inquérito pelo medo de perder o emprego ou sofrer represálias. O próprio processo de coleta de dados sofreu constrangimentos a exemplo de interpelações aos pesquisadores em tom ameaçador. Em outro estudo conduzido nos mesmos municípios, Correa et al., (2020) relatam interferências nas ações das secretarias municipais por parte de agricultores e empresários ligados ao agronegócio que restringe a ação de Vigilância da Saúde (ambiental, epidemiológica, sanitária e de saúde do trabalhador) alegando que esta pode causar problemas legais (multas) e econômicos ao setor. Tais interferências refletem em prejuízo de decisões, ações técnicas e políticas dos municípios em relação a proteção da saúde da população.

Da mesma forma, existem tentativas de dissociar os suicídios dos processos de trabalho nesse setor. O agronegócio atua também em nível cultural para enraizar a ideia de que é a única via possível de desenvolvimento do estado e de melhoria da qualidade de vida da população local. Por outro lado, isso oculta interesses presentes nesses espaços, que, com a modernização agrícola da década de 1970, incentiva a monocultura, a concentração de terras e a produção com foco na exportação, sem priorizar a sobrevivência, soberania alimentar nem o bem-estar das populações locais (Castro, 2017). O agronegócio segue modelando a situação política, econômica, social e ambiental que configura os modos de vida e trabalho das populações ali residentes. As empresas, mídias locais, feiras e festas difundem o modelo de desenvolvimento, produzindo adesão social ao seu projeto excludente, naturalização ou resignação perante processos de trabalho danosos ao corpo, à mente e à natureza por meio da produção de visão positiva do setor econômico (“o celeiro do mundo”), que resulta no aumento da commodities, concentração de riquezas e intensificação da espoliação dos territórios.

Por isso, há uma tendência a atribuir os suicídios às dimensões internas dos trabalhadores, como fruto de sofrimento individual e “perturbações”, problema mental, tratando-os como problemas individuais, isolados de contextos culturais, trabalhista, ambiental e sociais em que são produzidos. Alguns relatos descreveram as vítimas como “perturbada”, “se sentia inferior”, com “desejo de morrer”; o sujeito era “nervoso”, “irritado”, “mente muito doente”, “não era de falar de seus problemas” e

assim a causa da morte teria sido “problemas psicológicos” e “dependência química”. Vale ressaltar que esse discurso é sustentado pelas explicações da psiquiatria, repercutindo em falas bastante comuns: “às vezes *ele estava depressivo ou estava com algum problema mental que explica ele ter feito isso*” (C4). Essa tônica discursiva sobre a condição interna do trabalhador acaba culpando a vítima e encobrendo elementos econômicos, sociais, ambientais e ocupacionais geradores de sofrimento. Esse discurso acoberta as contradições sociais que fazem emergir os problemas chamados de “mentais”. Em geral, as empresas buscam se isentar da responsabilidade pelos suicídios utilizando essa narrativa dos “problemas pessoais” (Dejours & Bègue, 2010). Ao mesmo tempo, as entrevistas revelam que as próprias vítimas se recusavam a ser identificadas como portadoras de algum problema mental. Muitas vezes, eles não aceitavam ajuda profissional, pois “não estava louca” e não precisava de acompanhamento.

As questões de gênero e sexualidades também estiveram presentes nas histórias reconstruídas, especialmente as violências psicológicas e simbólicas contra mulheres e homossexuais, expressões de uma cultura patriarcal, machista e misógina. Algumas falas apontam que uma das vítimas estava próxima demais de “uma galerinha diferente”, ou seja, um grupo de homossexuais no qual a pessoa estava inserida, em tom pejorativo, sinalizado que tais amizades (fonte importante de fortalecimento da identidade pessoal da vítima) não eram aprovadas, o que poderia ser interpretado pela vítima como uma rejeição de si. Essa questão foi citada muitas vezes demonstrando as discriminações e incompreensões sobre a orientação sexual homoafetiva.

Da mesma forma, as narrativas endereçaram questões de violência contra a mulher como assédios, ameaças e humilhações que foram deteriorando a autoimagem das pessoas e aumentando a desvalorização, objetificação e desumanização. De fato, a violência de gênero e orientação sexual são citados como impulsionadores de suicídios (Kleiman & Liu, 2014; OMS, 2002, 2007; Tadros & Jolley, 2001), reforçando o machismo/patriarcado como elemento cultural estruturante de processos sociais de degradação da vida de mulheres e homossexuais, com forte expressão nas regiões do agronegócio.

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

Quanto aos aspectos ambientais, ressalta-se a exposição e disponibilidade aos agrotóxicos, marcante nas narrativas sobre os suicídios dos trabalhadores. As visitas de campo demonstraram que os municípios formam cenários de insustentabilidade para a saúde e bem-estar porque são cidades ilhadas no meio dos monocultivos, com intensa pulverização aérea e terrestre de agrotóxicos que poluem o ar, o solo, a água, alimentos e o ecossistema. Em vários pontos urbanos,

o limite entre lavouras e residências, escolas e comércios é apenas um muro ou cerca.

De acordo com o questionário aplicado, a maioria das vítimas morava há menos de um quilômetro da lavoura e próximo aos locais de venda ou recolhimento de embalagens de agrotóxicos. Em um dos casos pesquisados, os informantes relataram que a distância da casa da vítima de suicídio em relação à plantação era menor que 300 metros. Essa situação crítica de exposição aos agrotóxicos é uma das especificidades dos suicídios de trabalhadores nesses municípios.

Pesquisas nas três cidades do estudo demonstraram resíduos de agrotóxicos como atrazina, frutriafol, lambda-cialotrina, endossulfam (proibido no Brasil em 2013 por ser neurotóxico e causar problemas reprodutivos), malationa, metolacoloro, metribuzim, permetrina, trifluralina em amostras de água da chuva, poço artesiano (Beserra, 2017), sedimentos de rio e carne de peixes (Oliveira, 2016). Essa detecção de agrotóxicos no ecossistema mostra uma múltipla exposição que torna a população mais vulnerável aos agravos relacionados aos agrotóxicos, incluindo os suicídios.

A literatura científica internacional apresenta associação de agrotóxicos a distúrbios mentais e suicídios. Os agrotóxicos endossulfam e malationa, encontrados nas análises ambientais dos municípios são neurotóxicos. Carter e Blizard (2016) indicam que a crescente incidência de autismo está relacionada a fatores ambientais, dentre eles a exposição a paraquat, atrazina entre outros, pois alteram os genes, influenciando nos casos de autismo.

O endossulfam é um inseticida do grupo dos organoclorados, utilizado para combate de insetos, mas elimina insetos benéficos para a população. Sua comercialização é proibida no Brasil desde 2013 por ser altamente tóxico, pelo seu potencial de bioacumulação e risco à saúde, principalmente para alterações no sistema endócrino. Casos de suicídio na Tanzânia foram reportados provenientes do uso de endossulfam pelo seu fácil acesso e alto grau de letalidade (Cha et al., 2016). Estudos apontam que intoxicações na população rural estão relacionadas à exposição ao endossulfam e o paraquat, que também estão associados aos casos de suicídio (Bochener & Freire, 2020).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária decidiu pelo banimento desse agrotóxico desde setembro de 2017, pelo potencial risco da utilização, por estar associado com a doença de Parkinson. Cha et al., (2016) calcularam o impacto na taxa de mortalidade por suicídio após a proibição do Paraquat na Coreia do Sul e demonstraram que houve uma redução para a metade (5,2 para 2,6 por 100.000 habitantes) e essa diminuição se deu principalmente entre as ocorrências com homens, idosos e pessoas que residiam em área rural. Além disso, estima-se que a mortalidade de suicídio por en-

venenamento utilizando agrotóxico é de 258 mil pessoas todos os anos no mundo e motivado pelo fácil acesso aos agrotóxicos (Queiroz et al., 2019).

É importante ressaltar que nas narrativas analisadas surgiram várias menções às intoxicações agudas por agrotóxicos. Os suicídios e suas relações com a exposição aos agrotóxicos se dão de duas formas: a primeira com a exposição dos indivíduos à proximidade das lavouras, no trabalho nas fazendas durante a manipulação desses venenos e através da contaminação de matrizes ambientais e dos alimentos. A segunda está ligada ao acesso ao agrotóxico e seu uso como método para o suicídio: uma intoxicação provocada intencionalmente. Contudo, considerando a baixa frequência de intoxicação intencional nos casos investigados, a alta exposição e intoxicação por agrotóxicos na região levam a questionar a ênfase dada à relação meramente instrumental (método para suicídio), chamando atenção para seu papel no contexto das determinações causais.

A complexidade dessa situação deixa claro o mal-estar que esse modelo hegemônico de produção agrícola tem gerado, posto que é pautado na apropriação, exploração, expropriação da natureza e da força de trabalho humano, com uso de agroquímicos, monoculturas em latifúndios, contaminação de matrizes ambientais como solo, água, ar e alimentos (Pignati et al., 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo destacou aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais relacionados aos suicídios de trabalhadores no contexto do agronegócio e problematizou as pressões sociais, relações de poder e exposições químicas ligadas a essa cadeia produtiva, a partir das percepções das pessoas próximas às vítimas. As histórias dos suicídios aqui estudados, com todo o elemento trágico das famílias das vítimas, podem ser lidas como sintomas sociais cujas forças mais indutoras se encontram ligadas ao modelo econômico adotado na região.

Ressalta-se que as configurações socioeconômicas da cadeia produtiva do agronegócio determinam as condições de trabalho e vida do(a) trabalhador(a) submetendo-o(a)s a situações de riscos e vulnerabilidades socioambientais, impondo-(a)s uma alta exposição (no trabalho, nas moradias, pelo ar, água e alimentos) aos diferentes tipos de agrotóxicos, gerando processos de sofrimento cuja cronicidade pode influenciar a ocorrência do suicídio. Nesse cenário, esse desfecho fatal não se reduz a uma problemática individual, ao contrário, deve ser compreendido a partir das conexões entre elementos singulares, econômicos, ambientais, políticos, sociais, culturais e laborais. Tal perspectiva contrapõe-se às leituras reducionistas que culpabilizam as vítimas e descontextualizam sua

dor. Novas investigações são necessárias para aprofundar a compreensão sobre os determinantes sociais dos suicídios de trabalhadores(as) do agronegócio integrando abordagens qualitativa, quantitativas, epidemiológicas e psicossociais.

A partir desse estudo, é possível afirmar que os suicídios podem ser compreendidos como sintomas da organização do processo de produção agrícola que controla e fragiliza a vida nos territórios e gera situações críticas de vulnerabilidade decorrentes da migração por emprego, das frágeis condições de empregabilidade, da exploração no trabalho, da alta exposição aos agrotóxicos e do escasso acesso aos serviços de saúde mental, falta de opções de lazer e possibilidade de expressões culturais desses trabalhadores(as), entre outros impedimentos de trabalho digno, saudável e realizador dos indivíduos e grupos sociais.

Revelar a determinação social dos contextos de vida degradados e geradores de vítimas de suicídio – cujas histórias foram aqui reconstruídas em alguns aspectos – contribui para fazer avançar as possibilidades de intervenção preventiva e oferece pistas para novas estratégias de vigilância em saúde do trabalhador que incidam sobre as fontes das exposições e situações de risco e assim, reduzam e controlem esse evento de múltiplos impactos.

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Certificamos que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autor pode ser atribuída como se segue:

V.C., L.H.C.L, M.S.N, contribuíram para a conceitualização, investigação e visualização do artigo; V.C. fez a redação inicial do artigo (rascunho) e L.H.C.L, M.S.N e F.A.N.S.L são os responsáveis pela redação final (revisão e edição); W.P, obtenção de financiamento administração do projeto, conceitualização, metodologia e supervisão.

DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

A pesquisa relatada no manuscrito foi financiada parcialmente pela bolsa de mestrado da primeira autora (FAPEMAT/MT edital 041/2016) e financiamento institucional do Ministério Público do Trabalho MPT 23ª Região.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflitos de interesse no manuscrito submetido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Batista, B.M.F., Sánchez, D.C.M., Silva, J.V., Martinez, D.T., & Pasa M.C. (2012). Revisão dos impactos ambientais gerados na fase de instalação das hidrelétricas: uma análise da sub-bacia do alto Juruena – MT. *Biodiversidade*, 11(1), 69-85.
- Beck Filho, J.A., Amorim, A.M., & Fraga-Maia, H. (2016). Consumo de álcool entre os trabalhadores do corte da cana-de-açúcar: prevalência e fatores associados. *Revista Pesquisa Fisioterapia*, 6(3), 306-16. <http://dx.doi.org/10.17267/2238-2704rpf.v6i3.952>
- Berenchtein Netto, N. (2013). Suicídio e Trabalho: Breves considerações acerca da relação entre sofrimento e alienação. In: V. L. Navarro & E.A.de S. Lourenço (Org.), *Avesso do trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas* (pp. 123-140). Expressão Popular.
- Berenchtein Netto, N., & Carvalho, B. P. (2015). Trabalho, universidade e suicídio: uma análise da precarização/intensificação do trabalho docente desde o materialismo histórico-dialético. *Revista Advir*, 33, 67-85.
- Bertolote, J. M. (2012). *O suicídio e sua prevenção*. Unesp.
- Beserra, L. (2017). *Agrotóxicos, vulnerabilidades socioambientais e saúde: uma avaliação participativa em municípios da bacia do rio Jurema, Mato Grosso*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso].
- Bochener, R., & Freire, M.M. (2020). Análise dos óbitos decorrentes de intoxicação ocorridos no Brasil de 2010 a 2015 com base no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(2), 761-772. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.15452018>
- Botega, N. J., Marín-León, L., Oliveira, H. B. de., Barros, M. B. de A., Silva, V. F. da., & Dalgalarrodo, P. (2009). Prevalências de ideação, plano e tentativa de suicídio: um inquérito de base populacional em Campinas, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(12), 2632-2638. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009001200010>
- Breilh, J. (2006). *Epidemiologia Crítica: Ciência Emancipadora e Interculturalidade*. Editora Fiocruz.
- Bühler, E.A., Guibert, M., & Oliveira, V.L. (2016). *Agriculturas empresariais e espaços rurais da globalização: abordagens a partir da América do Sul*. EdUFRGS
- Carter, C.J., & Blizard, R.A. (2016). Autism genes are selectively targeted by environmental pollutants including pesticides, heavy metals, bisphenol A, phthalates and many others in food, cosmetics or household products. *Neurochemical International Journal*, 101, 83-109. <http://doi.org/10.1016/j.neuint.2016.10.011>.
- Cassorla, R. M. S. (1991). *Do suicídio: Estudos brasileiros*. Papirus.
- Castro, B.V.P. (2017). *Sofrimento social de trabalhadores rurais assentados na contracorrente do agronegócio no Vale do Juruena – MT* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso].
- Cavalcante FG. Minayo MCS. (2012) Autópsias psicológicas e psicossociais de idosos que morreram por suicídio no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(8), 1943-1954. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000800002>.
- Cavalcante, F. G., Minayo, M. C. de S., Meneghel, S. N., Silva, R. M. da, Gutierrez, D. M. D., Conte, M., Figueiredo, A. E. B., Grubits, S., Cavalcante, A. C. S., Mangas, R. M. do N., Vieira, L. J. E. de S., & Moreira, G. A. R. (2012). Autópsia psicológica e psicossocial sobre suicídio de idosos: abordagem metodológica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(8), 2039-2052. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000800015>
- Centro Colaborador da Vigilância dos Agravos à Saúde do Trabalhador [CCVISAT]. (2019). *Boletim Epidemiológico - Ocupação e Suicídio no Brasil, 2007-2015*.
- Cha, E.S., Chang, S.S., Gunnell, D., Eddleston, M., Khang, Y.H., & Lee, W.J. (2016). Impact of paraquat regulation on suicide in South Korea. *International Journal of Epidemiology*, 45(2), 470-479. <http://doi.org/10.1093/ije/dyv304>.
- Correa, M.L.M., Pignati, W.A., Pignatti, M.G., & Lima, F.A.N.S. (2020). Agrotóxicos, saúde e ambiente: ação estratégica e políticas públicas em territórios do agronegócio. *Revista de Políticas Públicas*, 24(1), 11-17. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v24n1p11-27>
- Costa, J. S. D. da, & Victora, C. G. (2006). O que é “um problema de saúde pública”? *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 9(1), 144-151. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2006000100018>
- Dejours, C. & Bègue, F. (2010). *Suicídio e Trabalho: o que fazer?*. Ed. Paralelo.
- Durkheim, E. (2014). *O Suicídio: Um Estudo Sociológico*. Editora Edipro. (Obra originalmente publicada em 1897).
- Faria, N. M. X., Fassa, A.G., & Meucci, R. D. (2014) Association between pesticide exposure and suicide rates in Brazil. *NeuroToxicology*, 45, 355–362. <https://doi.org/10.1016/j.neuro.2014.05.003>
- Finazzi-Santos, M. A., & Siqueira, M. V. S. (2011). Considerações sobre trabalho e suicídio: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 36(123), 71-83. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572011000100007>.
- Freire, C., & Koifman, S. (2013). Pesticidas, depressão e suicídio: uma revisão sistemática das evidências epidemiológicas. *International Journal of Hygiene and Environmental Health*, 216(4), 445-460. <http://doi.org/10.1016/j.ijheh.2012.12.003>

- Kleiman, E.M., & Liu, R.T. (2014). Prospective prediction of suicide in a nationally representative sample: religious service attendance as a protective factor. *Brasilian Journal of Psychiatry*, 204, 262-266. <http://doi.org/10.1192/bjp.bp.113.128900>.
- Kosidou, K., Hellner-Gumpert, C., Fredlund, P., Dalman, C., Hallqvist, J., Isacson, G., & Magnusson, C. (2012). Immigration, transition into adult life and social adversity in relation to psychological distress and suicide attempts among young adults. *Plos One*, 7(10), 1-8. <http://doi.org/10.1371/journal.pone.0046284>.
- Leão, L. H. da C., & Gomez, C. M. (2014). A questão da saúde mental na vigilância em saúde do trabalhador. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(12), 4649-4658. <https://doi.org/10.1590/1413-812320141912.12732014>
- Lipsicas, C. B., Mäkinen, I.H., Apter, A., Leo, D. de, Kerkhof, A., Lönnqvist, J., Michel, K., Renberg E. S., Sayil, I., Schmidtke, A., Heeringen, C. van, Värnik, A., & Wasserman, D. (2012). Attempted suicide among immigrants in European countries: an international perspective. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 47(2), 241-251. doi: 10.1007/s00127-010-0336-6.
- Marx, K. (2006). Sobre o Suicídio. Boitempo. (Obra originalmente publicada em 1846).
- Meneghel, S. N., Victora, C. G., Faria, N. M. X., Carvalho, L. A. de, & Falk, J. W. (2004). Características epidemiológicas do suicídio no Rio Grande do Sul. *Revista de Saúde Pública*, 38(6), 804-810. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102004000600008>
- Ministério da Saúde. (2018). Sistema de Informação sobre Mortalidade. [Internet]. Dados de mortalidade por lesão auto provocada voluntariamente 2018.
- Moura, R. (2016). *Narrativas sobre Suicídio, Cultura e Trabalho em um Município Colonizado por Alemães*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Neves, P. D. M., Mendonça, M. R., Bellini, M., & Pôssas, I. B. (2020). Intoxicação por agrotóxicos agrícolas no estado de Goiás, Brasil, de 2005-2015: análise dos registros nos sistemas oficiais de informação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(7), 2743-2754. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.09562018>.
- Okuyama, J. H. H., Galvão, T. F., & Silva, M. T.. (2020). Intoxicações e fatores associados ao óbito por agrotóxicos: estudo caso controle, Brasil, 2017. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23,1-13 <https://dx.doi.org/10.1590/1980-549720200024>
- Oliveira, L.K. (2016). *O processo de poluição ambiental e alimentar por agrotóxicos em municípios da bacia do rio Juruena, Mato Grosso*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso].
- Oliveira, L.R., & Benedetti, A.O.C. (2018). Suicídio em Mato Grosso - Brasil: 1996 a 2015. *Journal of Health Biological Sciences*, 6(4), 391-398. DOI: <http://dx.doi.org/10.12662/2317-3076jhbs.v6i4.1763.p391-398.2018>
- Organização Mundial da Saúde. (2002). *Intervenção Multisite Estudo sobre Comportamentos Suicidas SUPRE-MISS: Protocolo de SUPRE-MISS*.
- Organização Mundial da Saúde. (2007). *Estatísticas Mundiais: Taxas de suicídios em 2015*
- Organização Mundial da Saúde. (2019). *Suicide in the world. Global Health Estimates*.
- Palma, D. C. A., Santos, E. S., & Ignotti, E. (2020). Análise dos padrões espaciais e caracterização dos suicídios no Brasil entre 1990 e 2015. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(4), 1-13. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00092819>
- Pignati, W. A. (2007). *Os riscos, agravos e vigilância em saúde no espaço de desenvolvimento do agronegócio no Mato Grosso* [Tese de Doutorado, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz].
- Pignati, W. A., Lima, F. A. N. de S. e, Lara, S. S. de, Correa, M. L. M., Barbosa, J. R., Leão, L. H. da C., & Pignatti, M. G. (2017). Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(10), 3281-3293. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172210.17742017>
- Pires, D.X., Caldas, E.D., & Recena, M.C. (2005). Uso de agrotóxicos e suicídios no Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(2), 598-605. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000200027>
- Queiroz, P. R., Lima, K. C., Oliveira, T. C. de, Santos, M. M. dos, Jacob, J. F., & Oliveira, A. M. B. M. de. (2019). Sistema de Informação de Agravos de Notificação e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 22,1-10. <https://doi.org/10.1590/1980-549720190033>.
- Senna, A. M. B., Leite, A.F.P., Duarte, C.P., Planton, D., Martins, J.G., Silva, L.C., Ferreira, M. J. L., Biagi, N. & Coelho, M.R.M. V.P. (2004). Suicídio: diversos olhares da psicologia. *Boletim de Iniciação Científica em Psicologia*, 5(1), 77-92.
- Silva, D. dos S. D., Tavares, N. V. da S., Alexandre, A. R. G., Freitas, D. A., Brêda, M. Z., Albuquerque, M. C. dos S. de, & Melo Neto, V. L. de. (2015). Depressão e risco de suicídio entre profissionais de Enfermagem: revisão integrativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 49(6), 1023-1031. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420150000600020>
- Souza, L.C.A.B., & Marques, C.A. (2017). Agro é tech, agro é pop? Racionalidades expressas por professores do ensino técnico agrícola brasileiro. *Dynamis*, 23(1), 58-76. <http://dx.doi.org/10.7867/1982-4866.2017v23n1p58-76>
- Tadros, G., & Jolley, D. (2001). The stigma of suicide. *British Journal of Psychiatry*, 179(2), 178-178. <http://doi.org/10.1192/bjp.179.2.178>

Werlang, B. S. G, Botega, N. J. (2003). A semi-structured interview for psychological autopsy in suicide cases. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 25(4), 212-219. <https://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462003000400006>

Werlang, R. (2013). *Pra que mexer nisso? Suicídio e sofrimento social no contexto rural* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].

Data da Submissão: 24/04/21
Primeira decisão editorial em: 02/09/21
Aceite: 02/11/21